



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: 0000453-87.2016.8.26.0566 - 2016/000094
Classe - Assunto: Termo Circunstanciado - Crimes de Trânsito
Documento de Origem: TC, BO - 002/2016 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 900001/2016 - 3º Distrito Policial de São Carlos
Autor do Fato: PEDRO DOS SANTOS
Data da Audiência: 10/02/2016

Aos 10 de fevereiro de 2016, às 13:00h horas, nesta cidade e comarca de São Carlos, na sala de audiências sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito, comigo escrevente abaixo assinado, foi aberta a audiência preliminar em procedimento criminal previsto na Lei 9.099/95. Encaminhado o termo circunstanciado pela autoridade policial, que trata de **Crimes de Trânsito**, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do autor do fato, **PEDRO DOS SANTOS**, desacompanhado de defensor tendo o MM. Juiz nomeado a DPE, estando presente neste ato o **DR. JONAS ZOLI SEGURA**. Inicialmente o MM. Juiz esclareceu sobre a possibilidade da aceitação da proposta de aplicação imediata da pena. A seguir, tratando-se de ação penal pública incondicionada, o dr. Promotor de Justiça, entendendo não ser caso de arquivamento, propôs a aplicação imediata da pena, nos seguintes termos: MM. Juiz: O Ministério Público, pelo seu órgão que ora o representa, considerando o disposto no art. 76 da Lei 9.099/95 c.c. arts. 44 e 45, parágrafos 1º e 2º, do Código Penal, e estando presentes os requisitos legais, propõe ao(a)s autor(a)s do fato a pena restritiva de direito, na modalidade de prestação pecuniária no valor de **R\$ 100,00**, a ser destinado à instituição **FUMCAD – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – Banco do Brasil S/A, agência 0295-X, conta nº 69550-5**, com a advertência de que o não cumprimento, no prazo da Lei, determinará o seguimento do processo, com o oferecimento de denúncia. Pelo(a)s autor(a)s da infração e o(a)s defensor(a)s foi(ram) dito que aceitavam a proposta de pena oferecida pelo Ministério Público. O MM. Juiz decidiu: Vistos. Tratando-se de delito previsto na Lei nº 9099/95 imputado a **PEDRO DOS SANTOS** e considerando que o(à)s Ministério Público propôs a aplicação imediata da pena restritiva de direitos, que foi aceita pelo(a)s autor(a)s do fato, uma vez preenchidos os requisitos legais, aplico ao(a)s autor(a)s do fato **PEDRO DOS SANTOS**, a pena de **R\$ 100,00**, nos termos do artigo 76, § 4º, da Lei nº 9.099/95. Publicada em audiência saem os presentes intimados. A seguir, o(à)s Ministério Público, o(a)s autor(a)(es) do fato e o(a)s Defensor(a)(es), desistiram do prazo de recurso. O(a)s autor(a)s do fato saiu citado(a)s para cumprir a pena **NO PRAZO DE 30 DIAS A CONTAR DESTA DATA. Caso não seja quitada a transação, o feito seguirá o seu curso, com o oferecimento de denúncia. É vedado o depósito através do caixa eletrônico. Este deve ser realizado no caixa**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

convencional e o recibo do depósito deve ser trazido ao Cartório da 2ª Vara Criminal no prazo determinado acima. Registre-se e comunique-se, procedendo-se em seguida às anotações. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário, digitei e subscrevi.

MM. Juiz:

Promotor:

Autor do Fato:

Defensor Público: